

**SOB OS ENQUADRAMENTOS DO COLONIALISMO:
A necessidade de repensar as Relações Internacionais**

**UNDER THE FRAMEWORKS OF COLONIALISM:
The need to rethink international relations**

Tailon Aparecido Gomes Garcia¹

Resumo

O século XX foi palco de diversas transformações sociais nos vários cantos do planeta. Mudanças profundas e rápidas, que trouxeram à tona debates como transnacionalismo, multiculturalismo, dissolução de fronteiras, o fim de um mundo bipolarizado e imperialista, a queda das colônias e os novos fluxos migratórios, todo esse processo chama atenção para os regimes coloniais e as suas consequências. Apesar de existirem relatos anteriores do contexto colonialista e imperialista, as Relações Internacionais surgem em enquanto disciplina acadêmica, sustentada nos pilares do ocidente, uma herdeira de modernidade, muito próxima da imagem do modelo de homem moderno, o que desencadeou muitas vezes pontos cegos, lacunas em seu escopo de atuação. Deste modo, se pensa na necessidade de superar discursos hegemônicos e problematizar questões que estavam alheias aos olhos das Relações Internacionais, nesse sentido, questionam quais eram as vidas consideradas por esse campo e estudo, como esse processo colonial silenciou sujeitos, que mesmo sendo vivos não eram reconhecidos e considerados como “vida”, pensando na perspectiva de como os enquadramentos são visões e situações descritas por poderes hegemônicos e como esses recortes produzem determinados acontecimentos. Assim, por meio de uma revisão de literatura e de uma pesquisa Estado da Arte, defende-se então o debate pós-colonial no campo das Relações Internacionais como uma possibilidade de superar lacunas epistemológicas e de enfrentamento – como questões de gênero e de raça.

Palavras-chave: Epistemologia, Colonialismo, Hegemonia.

Abstract

The 20th century was the scene of several social transformations in various corners of the planet. Deep and rapid changes, which brought to light debates such as transnationalism, multiculturalism, the dissolution of borders, the end of a bipolar and imperialist world, the fall of colonies and new migratory flows, this whole

¹ Possui graduação (2014) e mestrado (2019) Ciências Sociais pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), graduação em Relações Internacionais (2022) pelo Centro Universitário Internacional. Atualmente é aluno de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Goiás.

process draws our attention to colonial regimes and the consequences of that process. Despite the existence of previous reports of the colonialist and imperialist context, International Relations emerges as an academic discipline, supported by the pillars of the West, an heir of modernity, very close to the image of the model of modern man, which often triggered blind spots, gaps within its scope of action. In this way, one thinks about the need to overcome hegemonic discourses and problematize issues that were alien to the eyes of International Relations, in this sense, they question what were the lives considered by this field and study, how this colonial process silenced subjects, who, even though they were alive, did not they were recognized and considered as “life”, thinking from the perspective of how the frames are visions and situations described by hegemonic powers and how these cuts produce certain events. Thus, through a literature review and a State of the Art research, the post-colonial debate in the field of International Relations is defended as a possibility to overcome epistemological and confrontation gaps - such as gender and race issues.

Keywords: Epistemology, Colonialism, Hegemony.

INTRODUÇÃO

Embora tenha atingido diversas áreas do conhecimento, o movimento pós-colonial e decolonial foi durante muito tempo deixado de lado pelas Relações Internacionais, porém nos últimos anos, passamos a ter obras teóricas com visão de mundo vinda dos países que passam pelos processos de colonização e descolonização, evidenciando o modo de como a colonialidade influenciou e continua influenciando as relações de poder e a produção de conhecimento nesses países, o pós-colonialismo quebra com o *mainstream* das Relações Internacionais, um conjunto de dados e pressupostos construídos sob uma ótica dos colonizadores.

O período colonial foi dividido em três fases – século XVI quando Portugal e Espanha iniciaram a conquista e colonização da América Latina, no século XVIII quando potências europeias dominaram a África e depois quando no fim do século XIX e início do século XX que França, Inglaterra e Estados Unidos passaram exercer influência imperialista no Oriente Médio. O colonialismo desenvolveu uma relação de dominação direta política, social e cultural sobre os povos dominados, a chamada tríade colonial.

Esse novo esforço teórico trará para o centro da discussão a questão da representação, as questões de raça, de gênero, desigualdade de classe e usando como ponto de partida os legados do colonialismo e do imperialismo para o exercício do poder e das relações sociais e culturais que moldam as relações internacionais e que deixaram complexas marcas nas civilizações dos povos colonizados.

Nesta perspectiva epistemológica direcionamos nosso olhar a um conceito que empenha uma visão crítica as teorias sobre modernidade, que foram o pilar das ciências sociais e humanas, sendo necessário que realizemos reflexões críticas sobre as formas como esse modelo se sobrepôs aos demais povos, uma teoria que nos dá espaço para discutir o legado colonial, saindo da lógica eurocêntrica.

Deste modo, o objetivo primordial deste artigo está em discutir temas que muitas vezes formam pontos cegos dentro das Relações Internacionais, desencadeados, principalmente pelo surgimento da disciplina como herdeira da modernidade, sendo vista como a própria representação do homem europeu, que muitas vezes à aproximou de sua imagem, deixando de pensar em outras representações, senão somente a si próprio.

Assim, esse trabalho foi desenvolvido com através de uma revisão da literatura científica relevante, através do qual um estado da arte foi realizado, desencadeando em um balanço crítico do impacto do colonialismo dentro da construção teórica das Relações Internacionais.

Alertando assim para uma incapacidade de as Relações Internacionais olharem para os outros e olharem apenas para si, resultados de uma cegueira imperialista, em que temas como liberdade, civilização e progresso são figuras essenciais se sua autoafirmação enquanto ciência, porém, como sua própria imagem ocidental.

O CAMPO DE DEBATE DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

As Relações Internacionais compreendem um campo acadêmico, de grande importância e relevância pela organização da população mundial em comunidades distintas, em Estados independentes que influenciam o modo de vida das pessoas. Conforme definem Jackson e Sorensen (2013) um Estado independente possui território dotado de fronteiras, população permanente e a jurisdição de um governo constitucional, construindo assim um Estado Soberano, que em conjunto com os outros Estados formam um sistema de Estados Internacionais, sendo esses independentes, porém, não estão isolados, se unem e se influenciam e coexistem, sendo esse sistema de estados o tema central dos estudos de relações internacionais, tratado de várias perspectivas acadêmicas.

As Relações Internacionais se desenvolveram de forma diferente ao redor do globo, relacionando-se aos recursos de poder disponíveis por estas sociedades e a posição que estão neste sistema. (PECEQUILO, 2016). Salienta-se que o estudo das Relações Internacionais não é recente, existem escritos sobre o contexto internacional são habituais nas ciências sociais, todavia, somente

ao longo do século XX que as Relações Internacionais tomaram certa autonomia, construindo seu próprio escopo.

Neste contexto, surgiram as primeiras cadeiras acadêmicas de Relações Internacionais na Inglaterra, tendência seguida de imediato pelos Estados Unidos, revelando-se assim como uma ciência sustentada em pilares ocidentais e enquanto “ciência social americana”, por conta de seu contexto de emergência pós Primeira Guerra Mundial, quando da consolidação norte-americana enquanto potência global no pós-Segunda Guerra Mundial.

O estudo moderno das relações internacionais nos Estados Unidos, estava estritamente ligado a preocupação política e acadêmica de como esses deveriam conduzir a sua posição hegemônica em oposição a constante ameaça soviética, assim, constituiu-se uma diplomacia de tendências imperialistas, aumentou-se os estudos estratégico-militares e os desdobramentos desse contexto, as conceitualizações de poder e suas dinâmicas, tornaram-se o centro da Teoria de Relações Internacionais, então praticamente reduzida ao Realismo, que durante bastante tempo dominou a área. (ALMEIDA, 2012).

Almeida (2012) destaca que foram nos Estados Unidos pós-Segunda Guerra, enquanto superpotência, que as Relações Internacionais se fundamentaram no Realismo Político de Hans Morgenthau, que examinava as regularidades que podiam demonstrar a previsibilidade no comportamento dos Estados, através dos conceitos de poder e interesse nacional, essa pretensão em estabelecer princípios irrefutáveis sobre política internacional, que alimentou um debate e reações contra o realismo, esse período do estudo moderno das relações internacionais atrelado a períodos históricos, com a obra A Guerra do Peloponeso de Tucídides, que pode-se chamar de primeiro debate das relações internacionais.

O segundo momento, conforme descreve Almeida (2012) ocorreu com as abordagens chamadas tradicionalistas com contribuições do Behaviorismo, porém, não apresentaram grandes contribuições ao campo, que ainda estava bastante ligado ao realismo, somente no final dos anos 70, com o fim do sistema Bretton Woods, da expansão da globalização econômica e de movimentos contestatórios no chamado Terceiro Mundo é que outras questões começaram a aparecer nas Relações Internacionais, tal como os estudos de paz, as análises de política externa e o destaque a economia política internacional.

É nesse caminho que as Relações Internacionais abrem espaço para novos debates e novas contribuições, abriu caminho para os Estudos Críticos, o Construtivismo, o Pós-Modernismo e o Feminismo, além da preocupação em contestar e desconstruir questões que até então não eram

tratadas e debatidas pelas Relações Internacionais, questões levantadas por aquilo que poderíamos chamar de “terceiro debate”.

Almeida (2012) e Holliday (1994) apontam que as Relações Internacionais por muito tempo se mantiveram distantes de questões como gênero e do marxismo, o que criou uma incapacidade de problematizar determinadas questões, como as relações entre Norte-Sul e as estruturas globais de exploração, ficando claro a condição de ser uma das áreas das Ciências Sociais que por muito tempo se mostrou alheia as abordagens pós-coloniais, de forma que

[...] essa distância se torna cada vez mais prejudicial em um mundo majoritariamente não ocidental em que as assimetrias, começam a se fazer presentes e a impor novas necessidades. Devido à predominância anglo-americana, a disciplina se construiu ao redor de muitos conceitos, pressupostos e preocupações, tipicamente ocidentais e que fazem muito pouco sentido em outros contextos, países e regiões que agora se inscrevem ativamente no âmbito político e analítico das relações internacionais (ALMEIDA, 2012, p. 14).

Neste campo de discussão, o Pós-Colonialismo ganha espaço como importante instrumento de análise política e teórica, com capacidade de identificar, analisar e reconhecer a grande quantidade de atores e dinâmicas internacionais que estão fora das concepções hegemônicas do poder global. Almeida (2012) alerta então para a necessidade de uma crítica às epistemológicas eurocêntricas e a consequente construção de uma nova epistemologia a partir do pensamento do Sul, assim, fará sentido a proposta de descolonização das Relações Internacionais.

Desta forma,

[...] é importante ressaltar que o “pós” de pós-colonial não significa, em absoluto, uma ruptura com o período anterior, colonial, nem sua superação, uma vez que o “fim do colonialismo enquanto relação política não acarretou o fim do colonialismo enquanto relação social, enquanto mentalidade e forma de sociabilidade autoritária e discriminatória. A aceção que constitui o Pós-Colonialismo pressupõe a revisão crítica do passado contado em termos da modernidade ocidental e também a identificação de um presente ainda permeado por uma série de discursos, práticas e relações políticas que confluem na perpetuação da distribuição assimétrica do poder e riqueza em nível global (ALMEIDA, 2012, p. 23).

Pode-se entender a Teoria Pós-Colonial conforme a representação da expressão das ex-colônias sobre sua existência, situação de marginalidade e subalternidade em relação aos Estados Ocidentais, em grande medida, seus antigos colonizadores. Essa linha de pensamento se construiu em Estados recém-independentes e se espalhou pelo mundo, principalmente pelos movimentos migratórios, contribuindo para novas perspectivas de pensamento, lavando em consideração o fim

da Guerra Fria e o colapso do sistema internacional bipolar. Assim, passa-se a analisar a partir desses grupos e não apenas do Ocidente, o que permite as Relações Internacionais pensar fora do seu tradicional centro de pensamento. (TICKNER & WAVER, 2009).

Acharya e Buzan (2010) indicam a necessidade de construir uma Teoria de Relações Internacionais não-ocidental, em oposição ao pensamento tradicional, segundo esses autores, as teorias tradicionais falham em não observar os atores não ocidentais, que tem adquirido grande relevância política, eles são vozes silenciadas na construção de estudos de relações internacionais, assim, propõe-se a necessidade de construir um pensamento teórico não ocidental que tenha capacidade de questionar as teorias ocidentais.

Dentro do debate pós-colonial muitos apontam a obra “O Orientalismo” (1978) de Edward Said como o marco inicial desse período, na qual o autor palestino trata das relações de dominação através das questões de saber e poder, sempre presente nas relações entre Ocidente e Oriente.

Na perspectiva de Said (1978) a França e a Inglaterra foram as maiores potências do colonialismo, com colônias espalhadas pelo mundo, criando uma tradição que o autor denomina de Orientalismo, que possui uma série de significados, a começar pelo modo específico de tratamento dado ao Oriente pela condição especial que ocupa, como um oposto cultural e imagem profunda do significado de outro, dando ao Orientalismo a ênfase de representar a oposição a termos culturais e ideológicos representados pelo estilo colonial imposto às colônias. Se tem também uma visão acadêmica dessa questão, ao dizer que quem escreve ou estuda sobre o Oriente é um orientalista, essa posição, tem uma dimensão histórica e material, com capacidade de ser um instrumento para reestruturar a autoridade sobre o Oriente.

O argumento de Said (1978) é reforçado por Almeida (2012) ao dizer que os conceitos de Ocidente e Oriente são criações dos homens, duas entidades geográficas que de certo modo refletem uma a outra. O que Said (1978) propõe é estudar não a correspondência entre a situação, mas, uma coerência interna das ideias do Orientalismo e Oriente, assim, o autor, realiza uma crítica a distinção realizada entre conhecimento puro e política, pois nenhuma produção de conhecimento é realizada sem o envolvimento entre do autor e o sujeito das circunstâncias, afirmando a questão de que os europeus se aproximam do Oriente, sem jamais deixarem de ser europeus.

Said assim analisou os mecanismos de poder ocidental utilizados como métodos de manutenção do próprio olhar europeu pelo mundo, para suas práticas imperialistas e coloniais (OLIVEIRA, 2017). A agregação de conhecimento sobre o oriente não é o objetivo e o orientalismo então, serviu como ferramenta de mistificação do oriente como “outro”, sendo o

orientes “irracional, depravado, infantil e diferente: o europeu, é racional, virtuoso, maduro e normal.” (SAID, 2007, p. 74).

O ENQUADRAMENTO COMO IMAGEM E SEMELHANÇA DO COLONIALISMO

A origem das Relações Internacionais enquanto disciplina é nitidamente calçada pelos sustentáculos do imperialismo e pelo colonialismo europeu, sua consolidação foi pautada na legitimação das ações colonialistas, com foco nos problemas e valores europeus, assim como sua apresentação enquanto ciência universal, porém, ignorando como os valores europeus reforçaram estruturas coloniais e foram exportadas ao redor do planeta (OLIVEIRA, 2017).

O processo colonial deixou marcas históricas nos países, profundas feridas nas sociedades envolvidas, os europeus, expandiam suas terras em busca de vantagens econômicas, através da expansão capitalista e da abertura de novos mercados consumidores. Muitas nações tiveram seus processos de independência mediante movimentos de resistência, marco desse período chamado de pós-colonial, é possível observar seja na África, Ásia ou América Latina marcas profundas do colonialismo na cultura, nos idiomas oficiais e até mesmo nas burocracias políticas.

Neste caminho pode-se chamar atenção para os chamados silêncios dentro do debate de Relações Internacionais, lacunas dentro deste campo político, que nitidamente surge sem reconhecer as diferenças, principalmente, por sua sustentação em uma teoria política que desde os primórdios é marcada pelo racismo e pelo patriarcado, que nega o agenciamento político de pessoas classificadas como inferiores – seja em termos de gênero, raça e sexualidade, não se reconhece assim a diferença.

Então questiona-se quais são as vidas passíveis de serem consideradas como vida dentro dessa perspectiva, conforme Butler (2015) questiona: quais são as vidas passíveis de luto? Em um contexto que o reconhecimento da vida e essa diferença se dá partir da morte, quais são as vidas com capacidade de se produzir luto, de modo, que o que garante a importância de uma vida é a sua capacidade de enlutamento, quando mais, maior seu reconhecimento enquanto vida.

Quando se trata nessa condição da vida, inevitavelmente pensa-se na forma como o colonialismo e o imperialismo se colocaram no sistema internacional e seus impactos sobre as sociedades vitimadas, categorias essas que conforme pensa López (2019) tem má reputação, porém ainda podem ser adequadas para se entender a desigualdade global que vivemos, um conceito, que remete as barbáries de nosso tempo, como intervenções militares no Oriente Médio, a expansão

do capitalismo financeiro e guerras híbridas em países que não querem ceder sua soberania a expansão do capital.

Ao se analisar a expansão imperialista, principalmente nos locais que se haviam profunda resistência com movimentos contrários, a violência desse modelo econômico e político é notória, levando ao colapso de sociedades e grupos, assim, Prashad (2020) destaca que a expansão imperialista violenta se dá por meio de balas, balas que destroem processos democráticos, que destroem sociedades, que destroem líderes, uma violência que:

É intimidatória, é o povo que perde seus líderes em suas localidades, um líder camponês, um líder sindical, um líder dos pobres. Os assassinatos se transformam em massacres, à medida que as pessoas em movimento são eliminadas e à medida que sua confiança começa a diminuir. Aqueles que deles vieram, que se organizam a partir deles, falam através deles, se não estão mortos, estão muito amedrontados, para se levantar, muito isolados, com seu senso de dignidade, comprometidos por essa ou aquela bala. (PRASHAD, 2020, p. 17)

Deste modo, retornando ao pensamento de Judith Butler, essas vidas que questionam o modelo totalitário do colonialismo e imperialismo, seriam vidas passíveis de enlutamento? Seriam vidas que deveriam ser consideradas?

Assim, ao pensar em quais vidas são de fato vidas entende-se que não são todas que são desconsideradas, são necessários critérios para se selecionar quem deve ser mantido vivo e quem deve-se morrer. Critérios esses que se estabelecem um conjunto de justificativas que legitimam a morte e o extermínio daqueles que não reconhecemos que sejam importantes para as constituições de sujeitos (BUTLER, 2015), que conforme apontado, não estariam sujeitos a serem reconhecidos para o imperialismo em seu processo expansivo.

Nesta perspectiva, as vidas são essencialmente precárias:

A condição precária designa a condição politicamente induzida na qual certas populações sofrem com redes sociais e econômicas de apoio deficientes e ficam expostas de forma diferenciadas a violações, à violência e à morte. Essas populações estão mais expostas a doenças, pobreza, fome, deslocamentos e a violência sem nenhuma proteção. A condição precária também caracteriza a condição politicamente induzida de maximização da precariedade para populações expostas a violência arbitrária do Estado que com frequência quem opção a não ser recorrer ao próprio estado contra o qual precisa de proteção, mas o Estado é precisamente aquilo do que elas precisam ser protegidas (BUTLER, 2015, p. 47).

Essa condição, afeta todas as vidas, independentemente o lugar que estão, porém, pode afetar mais ainda os sujeitos vítimas de experiências como o colonialismo, pois ainda que esses são

sujeitos que estão vivos, não são reconhecidos e considerados como “vida” (BUTLER, 2015), em um problema que não é meramente de existência, mas sim, de políticas de diferenciação nos sujeitos, dentro dos mapas de poder.

Ao reconhecer que vidas podem ser perdidas, destruídas e negligenciadas não nos demonstra apenas que a vida possui um fim, mas também sua precariedade, que implica em uma exposição, destaca a suscetibilidade e o anonimato em relação aos modos socialmente condicionados de vida e de morte, essa vida precária implica em um processo condicionado e não como algo interno dos indivíduos, a vida assim é sustentada dentro de determinadas condições, não podendo essa vida ser reconhecida fora dos enquadramentos que ela é apresentada (BUTLER, 2015).

Essa ideia de enquadramento nos instiga a pensar quando que damos sentido a uma determinada cena, foca-se em determinadas coisas, o que nos leva a olhar em determinados acontecimentos e estabelecer uma versão para esses sentidos, produzimos assim um recorte e inserimos dentro de um quadro, assim, é necessário nesta perspectiva que nosso olhar não seja direcionado para o quadro, mas para as molduras, que condicionam as cenas.

Assim, o enquadramento conforme defende Butler (2015) seriam explicações históricas que damos para nossas vidas e os acontecimentos em geral, o que está em disputa são os sentidos dessa moldura, pois eles são o que recortam a cena que se vai olhar, pensar em enquadramentos é pensar quando poderes hegemônicos descrevem um fato ou uma situação, e como aquela descrição se torna verdade sobre o fato, assim, é possível pensar em como a história hegemônica é produzida e como seus recortes produzem determinados acontecimentos.

Silva (2017) salienta que Butler toma como porto de partida a análise do neoimperialismo norte-americano e estende seu debate para como os discursos classificam, modelam e enquadram a vida conforme perspectivas de gênero, de religião, de local de origem, enquadramentos que atuam para diferenciar as vidas, criando sujeitos que são reconhecíveis e vidas que nunca irão ser reconhecidas como vida.

É nessa perspectiva que realizamos a torção do olhar para pontos cegos das Relações Internacionais, que silenciam vozes e replicam seu olhar apenas para os teus semelhantes, de modo que é necessário pensar em teorias que fogem do enquadramento do olhar colonizador, em uma produção de conhecimento que passa a reconhecer a diferença e não excluir.

A POSSIBILIDADE DE SUPERAÇÃO DOS ENQUADRAMENTOS

Ao falar em desafiar as teorias ocidentais os enquadramentos impostos pela história hegemônica, chama-se ao debate os questionamentos de Gayatri Spivak, em ‘Pode o subalterno falar?’ (2010), que é um dos textos mais importantes e relevantes da crítica cultural contemporânea, um pensamento complexo e avesso a formulações simplistas, na qual a preocupação central é desafiar os discursos hegemônicos e nossas próprias crenças enquanto produtores de saber e conhecimento, com o objetivo central de construir uma teoria crítica intervencionista, engajada e contestadora.

Spivak (2010) têm como preocupações a produção de discursos críticos, com objetivo de mudar a forma como construímos nossa visão sobre o mundo, suas análises são desconstrucionistas, criticando intelectuais ocidentais, que realizam análises sociais focadas apenas nos modelos europeus e deixam de lado a multiplicidade do restante do mundo.

Deste modo, observa-se que os processos físicos de colonização podem ter acabado, porém, continuam processos de colonialidade nas maneiras de ver e pensar o mundo, é necessário que se compreenda que não existem histórias únicas, singulares e verdadeiras, considerar uma história única é eliminar quaisquer histórias e trajetórias que existam em paralelo com essa história.

Assim é apresentado o conceito de sujeitos subalternos, como “as camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estado social dominante.” (SPIVAK, 2010, p. 12)

A autora indiana segue desvelando o lugar incomodo e a posição dos intelectuais que se julgam poder falar pelos outros e por meio deles, alertando para o perigo de se construir o outro apenas enquanto objetos de conhecimento, que falam pelos outros, alerta que deve-se construir discursos de resistência, sendo está a tarefa primordial dos intelectuais pós-coloniais, de criar espaço em que subalterno possa falar e possa ser ouvido, o pesquisador pós-colonial não deve falar pelos subalternos, mas articular a posição de fala destes.

Consequentemente, não existem sujeitos únicos ou singulares, sujeitos puros ou livres de interferências externas, nega-se o essencialismo do sujeito e da história, Spivak (2010) defende então que não existe uma essência que compõe a história e os sujeitos, afirmando essa posição, ela coloca em cena aquilo que era negado nas histórias e teorias, o sujeito subalterno, que não é ouvido, que não tem espaço de fala e que não é levado a sério.

Spivak (2010) constrói suas teses essenciais criticando a divisão internacional do trabalho e as bases do capitalismo global, indicado que essas questões devem ser levadas em consideração,

pois são situações que definem aqueles que tem mais chances de falar e de serem ouvidos, de contarem suas histórias e serem levados a sério.

Desta forma é preciso repensar as categorias sociais usadas para explicar a realidade e pensar em que medida essas auxiliam na ideia de sujeitos únicos. Para tal Spivak (2010) crítica intelectuais contemporâneos que usam modelos europeus para seus trabalhos e deixam de lado a multiplicidade de possibilidades ao redor do mundo, da mesma forma, crítica o conceito de representação, pois pode ser usado para alguém tomar um grupo como se ele não tivesse condições de falar, silenciado esse grupo e a representação dramática, que traz discursos libertadores, mas esconde imperialismos e essencialismos, causando uma violência epistêmica.

Na defesa de Spivak (2010) os subalternos só poderão falar quando usarem seus próprios esquemas explicativos, sua própria cultura e se para falarem precisarem de outros elementos, que não são seus, eles jamais serão ouvidos.

Assim,

[...] trabalhar na emergência desta fala exige uma atividade política que em muito transcende o discurso acadêmico, marcando um comprometimento do crítico pós-colonial para com os subalternos da terra. [...] Situa a subalternidade como um produto de incisivas relações de violência epistêmica, pautadas na imposição colonial de uma ordem científica em um sistema legal (ALMEIDA, 2012, p.22-23).

Luciano (2013) analisando as propostas pós-coloniais dentro da Teoria de Relações Internacionais salienta que estas, devem realizar a crítica a universalidade teórica proposta pelo ocidente, que essa crítica não deve ser dirigida somente as teorias clássicas, mas para as demais abordagens, como o marxismo, pois, independente do radicalismo tomado, são teorias erguidas com base na realidade do Ocidente e para o Ocidente. Alertando que não é possível construir algo universal sem levar em consideração vozes negligenciadas e que apesar de cada vez mais novas vozes terem espaço, há uma dificuldade de acreditar que todas as vozes possam fazer parte de um discurso e validar a premissa da universalidade do conhecimento das Relações Internacionais.

Deve-se estar em constante alerta com os perigos das armadilhas dos usos não críticos das teorias de relações internacionais. Conforme analisa Cervo (2008) elas são as responsáveis por tentar fincar os interesses de alguns países em regiões periféricas, favorecendo a desigualdade entre as nações, aumentando os processos de dominação e a influência de países de diferentes condições econômicas, situação essa que poderia prejudicar o interesse de muitos países, devendo assim, evitar o uso de teorias sem observar as conjunturas locais.

É necessário ficarmos atentos também aos conceitos criados e desenvolvidos pelas teorias, pois:

assim como as teorias, os conceitos também estão imiscuídos de ciladas. Teorias tanto quanto conceitos teriam o papel de orientar as nações no âmbito externo. Os conceitos também estariam associados a um propósito pré-definido. No caso do uso de conceitos como alternativa epistemológica por países da periferia, o objetivo estaria em se desvencilhar das amarras teorias construídas pela academia ocidental, as quais tenderam a moldar o conhecimento das RI ao redor do mundo (LUCIANO, 2013, p. 81).

O processo de descolonização das relações internacionais deve passar por histórias e grupos sociais excluídos dos modelos eurocêtricos, mas, apenas contar essas histórias não será suficiente, é necessário questionar os mitos fundadores das Relações Internacionais e talvez, questionar toda produção de conhecimento ocidental, pois, se tudo isso permanecer inalterado, dificilmente mudanças significativas da ordem mundial serão possíveis. (ALMEIDA, 2012).

Existem caminhos para se questionar esses mitos fundadores e dar espaço a novas vozes e perspectivas, conforme Saurin (2006) descreve, é necessária uma ampla crítica ao eurocentrismo, sustentado pela primazia do Iluminismo, um julgamento das desigualdades resultantes da ordem internacional imperialista e um questionamento as inconsistências das doutrinas universais.

Nas perspectivas de Saurin (2006) e Almeida (2012) a descolonização das Relações Internacionais exigem comprometimentos com método, filosofia da ciência, história e economia política, sendo necessário recontar histórias passadas como ferramenta descolonizadora, além de uma aproximação com a economia política, porque nenhuma simpatia histórica pelos subalternos pode ser potente e eficiente sem uma crítica à política econômica de poder.

Assim, para a superação dos processos de colonialismo que continuam deixando marcas sociais – como racismo, autoritarismo e vários marcadores sociais é necessário que sejam estabelecidas relações entre a teoria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Pós-Colonialismo tem variadas contribuições para oferecer nas análises sociais em quaisquer partes do mundo, sendo uma posição epistemológica que envolve críticas aos modelos de superioridade europeia, fruto da violência epistêmica. A maior contribuição deste está na ruptura com visões únicas da história, sustentadas por narrativas que legitimaram os processos colonizadores.

Quando se pensa no enquadramento, trata de uma forma de como uma dada situação é apresentada e interpretada para e pelos interlocutores, de certo modo é assim que as ciências hegemônicas no espectro europeu atuam, esse modelo imperialista e colonialista que paira sobre os modelos sociais, políticos e econômicos contribuem para nossa vivência sob um conjunto de estruturas e normas que regulam nossas vidas – sejam meios morais, afetivas, através de enquadramentos seletivos de violência.

Deste modo, o viver é uma constante luta por sentido do enquadramento, algumas vidas valem mais do que as outras e somente desafiando os modelos hegemônicos permitirá que vidas, mesmo que precárias sejam reconhecidas enquanto vida.

A reflexão pós-colonial tem sido essencial na desconstrução de narrativas hegemônicas, sendo capaz de realizar a revisão de conceitos que criavam binarismos e dicotomias. Com essa nova perspectiva, passa-se a dar importância a ação humana como elemento transformador nas relações sociais e em seus desdobramentos, que conforme Spivak (2010) defende, os subalternizados só poderão ter voz quando usarem de seus próprios esquemas explicativos e sua própria cultura para serem ouvidos.

Reconhecer esse lugar dos enquadramentos hegemônicos significa dar espaço para a superação destas dicotomias, entender que mesmo com o fim das dominações, a colonialidade ainda permanece nos modos de se ver o mundo, pois, os modos de dominação são reorganizados em novos arranjos institucionais e em processos permanentes de manutenção de poder.

Deste modo, quando se pensa em uma Teoria de Relações Internacionais contra hegemônica, não se deve preocupar apenas em dismantlar tudo aquilo que foi imposto pelo colonialismo, deve-se pensar na valorização da cultura original, sua legitimidade e verdade epistêmica, pois, apenas deixar de lado os paradigmas coloniais faziam de sociedades vazias e não na valorização de suas epistemologias.

É impensável deixar de realizar críticas ao sistema capitalista global, pois, cada região do planeta experimentou uma forma particular de acesso a esse sistema, pois, não é possível realizar nenhuma crítica epistemológica aos sistemas internacionais dominantes sem de fato olhar criticamente o sistema econômico.

Assim, ao olhar esse esforço epistemológico das Relações Internacionais no combate aos imperialismos e colonialismos reconhece-se o esforço em superar seus mitos de origem e ampliar seu escopo para a incorporação de vozes tradicionalmente silenciadas, buscando tornar o conhecimento dito subalterno autônomo e independente para todos.

REFERÊNCIAS

ACHARYA, Amitav; BUZAN, Barry. **Non-Western International Relations Theory – Perspectives on and Beyond Asia**. 2010.

ALMEIDA, Carolina Soccio di Manno. **Pós-colonialismos e Relações Internacionais: epistemologias do sul**. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Pernambuco. Pós-Graduação em Ciência Política. 2012.

BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?** Tradução de Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha; revisão de tradução de Marina Vargas; revisão técnica de Carla Rodrigues. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CERVO, Amando. Conceitos em Relações Internacionais. **Revista Brasileira de Política Internacional**. V. 51, nº 2, p. 8-25, 2008.

HOLLIDAY, F. **Rethinking international relations**. London. Macmillan. 1994.

JACKSON, Robert; SORENSEN, George. **Introdução às Relações Internacionais: teorias e abordagens**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

LOPES, Emiliano. **As veias do sul continuam abertas: debates sobre o imperialismo de nosso tempo**. 1º Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

LUCIANO, Bruno Theodoro. Abstrações imperfeitas: o uso de teorias e de conceitos em relações internacionais. **Século XXI**, Porto Alegre, v. 4, nº1, jan.-jun. 2013.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Teoria das Relações Internacionais: o mapa do caminho – estudo e prática**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2016.

PRASHAD, Vijay. **Balas de Washington: uma história da CIA, golpes e assassinatos**. 1ª. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

OLIVEIRA, P.H.S. O pós-colonialismo nas relações internacionais: uma proposta para repensar a teoria, estrutura e racionalidade no Sistema Internacional. **Revista Liberato**, Novo Hamburgo, v. 18, n. 30, p. 133-258, jul./dez. 2017

SAID, E. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo, Companhia de Bolso. 2007.

SAURIN, J. International relations as the imperial illusion: or, the need to decolonize IR. In: JONES, B. (Ed.). **Decolonizing international relations**. Lanham: Rowman & Littlefield, 2006.

SPIVAK, Gaytri. **Pode o subalterno falar?** Tradução: Sandra Regina Goulart Almeida. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

THICKNER, Arlene; WAEVER, Ole. **International Relations Around the Word**. 2009.